

CIBEC/INEP



B0028155

ADERNOS DA
TV ESCOLA



DE DO BRASIL

1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

C A D E R N O S D A
TV ESCOLA



00170

ESTE CADERNO COMPLEMENTA A SÉRIE DE VÍDEOS DA TV ESCOLA

A IDADE DO BRASIL 1

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

IN 1 / 1999

Presidente da República

Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Educação e do Desporto

Paulo Renato Souza

Secretário de Educação a Distância

Pedro Paulo Poppovic

Secretaria de Educação a Distância

Cadernos da TV Escola

Diretor de Produção e Divulgação de Programas Educativos

José Roberto Neffa Sadek

Coordenação Geral

Vera Mana Arantes

Projeto

José Roberto N. Sadek; Geraldino Vieira/Andi; Manoel Manrique/Unicef;

Paulo Dionísio/TVE-Brasil; Renato Barbieri/Videografia; Victor Leonardi/UnB

Organização e Pesquisa

Kelerson Costa

Projeto e Execução Editorial

Elzira Arantes (texto) e Alex Funni (arte)

©1999 Secretaria de Educação a Distância/MEC

Tiragem : 110 mil exemplares

Informações:

Ministério da Educação e do Desporto

Secretaria de Educação a Distância

Esplanada dos Ministérios, Bloco L. sobreloja. sala 100 CEP 70047-900

Caixa Postal 9659 - CEP 70001-970 - Brasília/DF - Fax: (061) 410.9158

e-mail: seed@seed.mec.gov.br

Internet: <http://www.mec.gov.br/seed/tvescola>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Leonardi. Victor

A idade do Brasil 1 -Brasília : Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância.1999.: 64 p.: il. ; 16 cm- (Cadernos da TV Escola. Idade do Brasil ISSN 1517-4425 n.1)

1 As navegações portuguesas. 2. Cultura de síntese. 3 Preconceito e solidariedade. I Brasil. Secretaria de Educação a Distância

SUMARIO

A IDADE DO BRASIL

Victor Leonardi

I Apresentação

5

As navegações portuguesas

7

Cultura de síntese

27

I Preconceito e solidariedade

39

I Fontes das ilustrações

53

APRESENTAÇÃO

No ano 2000 o Brasil celebra oficialmente seus quinhentos anos. Muitos comemoram, outros discordam, outros lamentam, alguns protestam, alguns aplaudem. Muitos se admiram.

Nossa história envolve particularidades, curiosidades, fofocas, anedotas, tragédias e aventuras heróicas. Há também situações e fatos mal explicados e, principalmente, muitas controvérsias. Por exemplo, a respeito do descobrimento.

Mais do que discutir se o Brasil foi descoberto, achado ou inventado, além de comemorar os quinhentos anos da sociedade brasileira (que começou quando Cabral deixou aqui dois ou três portugueses e estes começaram a procriar), a TV Escola aproveita esse momento para ajudar os educadores do Brasil a pensar e a refletir a respeito de algumas peculiaridades de nossa história e alguns traços de nosso caráter. E também a pensar em quem somos, como somos e por que somos assim.

Nestes dois Cadernos e nos três documentários chamados "A idade do Brasil" não pretendemos contar a história do Brasil (já fazemos isso em outra série de programas), nem desenvolver uma análise social, psicológica ou cultural dos traços do brasileiro e de seu jeito de ser.

Nossa intenção é colaborar para que as escolas possam aprofundar a discussão acerca de alguns momentos históricos de alguns jeitinhos e de algumas características do comportamento brasileiro que se mostram polêmicos ou discutíveis, envolvendo várias interpretações possíveis.

Procuramos dar aos diretores, orientadores pedagógicos e professores a oportunidade de discutir o tema entre si, com os alunos e com a comunidade, de acordo com o projeto pedagógico de cada escola.

A elaboração dos vídeos contou com a valiosa parceria do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) e da TV Educativa do Rio de Janeiro.

José Roberto N. Sadek

AS NAVEGAÇÕES PORTUGUESAS

O grande navegador Bartolomeu Dias morreu pouco tempo depois de ter saído de Porto Seguro em companhia de Pedro Álvares Cabral, no ano de 1500. Portanto, ele participou de um acontecimento que todo brasileiro se habituou a conhecer como marco inicial de nossa história.

Bartolomeu Dias era um homem de grande experiência - vários anos antes, em 1487, já havia descoberto a passagem do Atlântico para o Índico. Essa sua histórica viagem abriu para os europeus a possibilidade de completar o caminho marítimo para o Oriente, objetivo que seria alcançado por Vasco da Gama, dez anos depois.

Esses grandes feitos náuticos fazem parte de uma série de episódios, e de processos históricos complexos, que tradicionalmente são conhecidos como 'descobrimientos portugueses'. Parece fácil comentar o tema, neste quinto centenário dessas navegações, mas na realidade o assunto é tão delicado e polêmico que merece algumas reflexões.

Há longo tempo, a historiografia tradicional - em Portugal e no Brasil - costumava apresentar essa 'era dos descobrimentos' de modo ufanista. Muitos livros foram escritos com base em uma retórica laudatória, cujo resultado era a exaltação mítica dos 'feitos memoráveis' e uma visão acrítica do contraditório processo de expansão ultramarina.

Quando vistos por esse prisma patriótico, os portugueses dos séculos 15 e 16 apareciam como agentes de uma missão civilizadora em terras da África negra e da América do Sul, habitadas por povos supostamente sem história. Quanto ao Islã, com sua antiqüíssima tradição cultural na África, não passava de um inimigo a ser vencido.

O risco do ufanismo

Milhares de crianças portuguesas estudaram essa história em seus livros didáticos. Durante o regime salazarista (a ditadura que dominou Portugal entre 1928 e 1974), o nacionalismo historiográfico exacerbado deu um tratamento ainda mais chauvinista a tais temas, gerando sentimentos de separatismo e de tolo orgulho - dos 'brancos' em relação a negros e ameríndios -, com base em estereótipos raciais e culturais sem nenhum fundamento científico: as ultrapassadas noções de barbárie, atraso, gentilidade e paganismo.

Felizmente, os grandes historiadores portugueses daquela época não aderiram a essas versões oficiais, meramente propagandísticas, do tema dos 'descobrimientos'. Jaime Cortesão e inúmeros intelectuais portugueses de sua geração sempre se afastaram do tom laudatório do discurso oficial, embora se apaixonassem pelo tema das grandes navegações. Tema, aliás, até hoje fascinante.

E é justamente por também ser um apaixonado dessas grandes navegações portuguesas que tenho tentado, nos últimos anos, em artigos e em cursos universitários, evitar que o tom laudatório e acritico venha mais uma vez atrapalhar um novo centenário desses feitos inegavelmente épicos.

Se o discurso oficial atual não reduzir este momen-

to de reflexão - a passagem do quinto centenário das viagens de Dias, Gama e Cabral - a uma simples 'comemoração', várias questões ainda não resolvidas satisfatoriamente pela historiografia poderão ser aprofundadas daqui até o final do milênio.

As crianças brasileiras também aprenderam, tal como as portuguesas, a celebrar os descobrimentos como ações heróicas. Nossos livros didáticos incorporaram todo o ufanismo e todo o preconceito ibérico contra negros e índios.



No entanto, nossos historiadores não se dedicaram tanto ao estudo das grandes navegações quanto à ocupação do Brasil pelos europeus. Por isso, entre muitos deles, a exaltação da expansão portuguesa tomou a forma de uma visão amena da colonização, na qual os portugueses eram vistos como agentes civilizadores, difusores do progresso e da fé cristã entre índios bárbaros e pagãos, e seus atos de violência eram esquecidos ou entendidos como necessários.

Mas também tivemos grandes pensadores que não celebraram qualquer compromisso com esse ponto de vista e desenvolveram estudos sérios e profundos sobre nossa formação social, como é o caso de Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.

Revisão historiográfica e crítica da versão oficial

Nas décadas de 1960 e 1970, surgiu no pólo oposto, em reação a essa visão proselitista da expansão ibérica, uma historiografia ultracrítica que pregava a revisão radical de tudo que havia sido escrito até então a respeito das navegações portuguesas.

Por ter ocorrido num momento histórico em que, derrotado, o colonialismo europeu se retirava da Ásia e de várias regiões da África, esse revisionismo historiográfico - em grande parte necessário, sem dúvida - às vezes foi longe demais.

Por razões ideológicas, ligadas à conjuntura política daquela época, provocou um novo tipo de mal-entendido na cabeça de muitos estudantes de História. Nessas novas versões, Vasco da Gama, Bartolomeu Dias, Pedro Álvares Cabral e outros navegantes portugueses passaram a ser apresentados como meros protagonistas de atos de pilhagem pura e simples.

Embora as violências cometidas na era do mercantilismo devam de fato ser analisadas pelos historiadores, parece-me que hoje já estamos nos aproximando de uma nova compreensão, mais equilibrada, desses grandes processos históricos que deram origem ao mundo moderno.

Em 1992, por ocasião do quinto centenário da viagem de Cristóvão Colombo, vários intelectuais e artistas hispano-americanos de renome protestaram por escrito contra a idéia de 'comemorar' a conquista espanhola da América. O grande pintor equatoriano Oswaldo Guayasamín considerava equivocada a realização de festejos para celebrar acontecimentos que, em sua época, haviam sido tão prejudiciais para as culturas autóctones.

Longe de expressar um ponto de vista nacionalista estreito, a postura de Guayasamín coincidia, na época, com a de inúmeros historiadores peruanos, colombianos, mexicanos e guatemaltecos. Todos eles consideravam que, diante dos conhecimentos históricos atuais, ninguém mais poderia ignorar os massacres cometidos contra astecas, incas e chibchas, povos cujas realizações culturais, anteriores à chegada dos espanhóis, o mundo inteiro tanto admira na atualidade.

Segundo esses intelectuais hispano-americanos, o tom festivo e leviano das 'comemorações' (comemorar massacres?) deveria dar lugar a atividades que propiciassem uma reflexão mais profunda a respeito das relações entre os países ibero-americanos. Algo que não estivesse tão relacionado com feitos e nomes supostamente gloriosos do passado - Cortez, Alvarado, Pizarro -, mas sim com o futuro, com a cooperação econômica e cultural entre países que, desde o século 16, têm uma história em comum.

Essas idéias chocavam-se com a insistência do governo espanhol em 'comemorar' em Sevilha, em 1992, o 'encontro' de culturas. Quando se recorda o caráter arrasador da conquista de Tenochtitlán (principal cidade asteca) o saque de Cuzco (centro do império inca) e a rápida extinção dos povos indígenas da área caribenha no século 16, fica sem dúvida difícil falar de 'encontro' de culturas...



No entanto, foi esse eufemismo que prevaleceu nos discursos oficiais. Talvez isso explique o fato de Sevilha ter recebido um número de visitantes muito aquém das previsões iniciais.

Na época, o lingüista norte-americano Noam Chomsky também declarou considerar errônea a idéia de 'descobrimto'. Segundo ele, o que os europeus descobriram em 1492 foi uma América descoberta milhares de anos antes por seus primeiros habitantes: os ancestrais dos maias, dos toltecas, dos araucanos, dos tupi, dos jê, dos habitantes de Tiwanaco e de tantos outros povos da América pré-

colombiana e pré-cabralina. Em sua opinião, houve de fato uma invasão de terras e de culturas alheias.

As 'descobertas' portuguesas

Sete anos depois do quinto centenário da viagem de Colombo, aqui estamos nós, no mundo de língua portuguesa, pensando e relembando os feitos de Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral. O que fazer para não repetir pura e simplesmente os equívocos e eufemismos de Sevilha?

Se prevalecer, na preparação das atividades culturais previstas até o ano 2000, o tom diplomático dos discursos oficiais, é provável que o 'quinto centenário dos descobrimentos portugueses' não dê em nada. Ou que se resume a uma gigantesca operação de *marketing* montada para melhorar, ao mesmo tempo, a imagem do Brasil no exterior e a de Portugal na Comunidade Européia.

Mas também é possível que, desta vez, a ocasião nos propicie tempo e disposição para uma reinterpretação desse tão desigual e conflituoso relacionamento da antiga metrópole com antigas colônias dentro do mundo que se comunica - com muito orgulho - na língua de Camões, Machado de Assis e Fernando Pessoa.

Pero Vaz de Caminha, que participou da viagem de Cabral, preferia a palavra 'adiamento' para se referir aos primeiros contatos entre lusos e indígenas em Porto Seguro; mas, na verdade, a expressão 'invenção do Brasil' é muito melhor.

No final do século 15, cerca de 6 milhões de homens, mulheres e crianças já viviam nas terras que hoje compõem o território brasileiro. Mas não existia a sociedade brasileira.

Existiam, havia vários séculos, culturas e sociedades que falavam línguas tupi, jê, aruák ou karib. A sociedade luso-brasileira só começou a se formar,

lentamente, do século 16 em diante: algo novo, que foi sendo construído aos poucos, ou inventado aos poucos. Não sem violência, é verdade, mas também com muito poder de síntese e originalidade.

Essa nova sociedade não foi uma mera projeção da sociedade portuguesa em terras sul-americanas; tampouco foi o resultado de um gigantesco crescimento de alguma sociedade tupi. Foi, isto sim, uma complexa e contraditória aculturação que envolveu vivências históricas de origem tupi, jê, bantu, sudanesa, lusitana e tantas outras.

A criação-invenção coletiva de algo culturalmente novo, mesmo que tenha sido parte de um processo inconsciente, merece com certeza ser lembrada, e repensada, até o dia do quinto centenário da viagem de Cabral.



O Brasil ocupa uma situação bastante singular no interior do mundo de língua portuguesa. A não ser com muitas ressalvas, o processo não equivale ao da história

da presença portuguesa na África, por exemplo, ou na Índia. Por isso, é difícil falar dos 'descobrimientos portugueses', de forma genérica. Essa expressão coloca lado a lado processos históricos qualitativamente diferentes.

No caso de Moçambique, por exemplo, onde a civilização islâmica estava presente trezentos anos antes da passagem dos portugueses por lá, não há sentido algum em se utilizar a palavra 'invenção' para se referir ao acontecido. Aliás, em Moçambique a própria expressão 'países de língua portuguesa' adquire uma conotação muito diferente da nossa. Lá, apenas uma minoria da população fala português no imenso sertão (a palavra 'sertão' foi usada por portugueses tanto no Brasil quanto na África) moçambicano.

Descobertas e descobridores

Bartolomei! Dias de fato descobriu - antes de qualquer outro europeu - a passagem marítima pelo cabo da Boa Esperança. Nesse caso, podemos falar efetivamente de um descobrimento português, de extraordinária relevância para o mundo da época.

No entanto, a expressão 'descobrimientos portugueses' não é usada apenas para se referir ao achamento de cabos, baías e rotas marítimas, mas também inclui a história da expansão e da presença portuguesa nos demais continentes. Assim, considero útil e necessário deixar a grandiloquência de lado, de uma vez por todas.

O estilo elevado e grandioso tem sido freqüente nas relações internacionais, por razões de Estado, mas cai mal na obra de um historiador. Longe de sair diminuída, a imagem de Bartolomeu Dias pode assim ser revigorada, como a do grande navegador português que ele de fato foi.

Os grandes historiadores portugueses sempre pro-



cederam assim. Jaime Cortesão, por exemplo, rejeitava o ufanismo e aconselhava o reconhecimento do muito que os portugueses devem aos outros povos - principalmente aos normandos e aos genoveses no que diz respeito às técnicas de navegação, aos judeus maiorquinos em relação à cartografia, e aos árabes, no tocante à astronomia náutica.

Quando observados de forma generosa e tolerante, os 'descobrimientos' adquirem outra significação - universalista -, que contém o que de melhor a cultura portuguesa produziu em todos os tempos.

Sinto-me feliz quando leio o que Jaime Cortesão es-

creveu: "Os homens e os povos descobrem-se uns aos outros. B, mais do que isso, descobrem pouco a pouco o denominador comum de humanidade que os une".

Atuação dos portugueses na Índia

Na Idade Média, a Europa Ocidental não teve contato direto com a Índia durante vários séculos. Esse isolamento foi rompido no dia 20 de maio de 1498, quando as quatro naus portuguesas comandadas por Vasco da Gama entraram no porto de Calicute.

O rei de Portugal dessa época era d. Manuel, mas, na verdade, essa viagem fez parte de um esforço continuado que vinha do tempo de d. João I e do infante d. Henrique.

A partir daquele momento, a história da Europa começou a entrar numa nova fase, ligada à expansão mercantilista moderna. Também a história da Índia nunca mais foi como antes: atrás dos portugueses vieram os holandeses, os franceses e os ingleses, cuja longa permanência em terras indianas alterou significativamente os marcos históricos regionais.

Qualquer que seja nossa avaliação do papel de Vasco da Gama, uma coisa é certa: naquele momento, os portugueses estavam à frente da expansão ultramarina, e coube a Vasco da Gama uma posição pioneira nesse entrecruzamento de rotas e tempos.

É difícil caracterizar a atuação de Vasco da Gama na Índia. Um historiador indiano, K.M. Panikkar, chama de "período Vasco da Gama" o tempo que transcorreu de 1498 - chegada dos primeiros portugueses a Calicute - até a década de 40 do século 20, quando as forças britânicas se retiraram da Índia (1947) e os últimos navios europeus abandonaram a China (1949).

Nesses quase cinco séculos, segundo Panikkar, a Ásia sofreu a imposição de intercâmbios econômicos

que lhe eram desfavoráveis e viveu sob múltiplas formas de dominação colonial.

Embora reconheça a importância dos trabalhos de d. Henrique em Sagres, esse autor condena a brutalidade dos métodos dos primeiros navegadores portugueses do Índico. Registra crueldades como a perpetrada por Vasco da Gama, em sua segunda viagem, ao massacrar navios árabes inofensivos que levavam peregrinos de retorno de sua viagem a Meca. As mercadorias foram saqueadas e as embarcações queimadas pelos portugueses, o que levou o historiador indiano a dizer que Vasco da Gama praticou atos de pirataria e terrorismo na Ásia.

O historiador português Joaquim Romero Magalhães admite que muitos atos de violência semelhantes foram cometidos por portugueses no Índico, espalhando o medo e o terror com o intuito de forçar uma abertura comercial.

como se sabe, o próprio Pedro Álvares Cabral se envolveu em episódios sangrentos em Calicute, bombardeando a cidade em 1500, após a morte de alguns de seus homens. Lopo Soares de Albergaria destruiu a esquadra indiana do samorim, em Cranganore, e Lourenço de Almeida provocou intensa batalha naval ao largo de Chaul.

Modernidade, progresso, construção e destruição

Tais fatos históricos podem até ser considerados como parte integrante de uma época diferente da nossa, na qual árabes e turcos também impunham, pela força, sua presença mercantil em outras áreas do mundo.

Embora isso seja verdade, ao reler esses episódios, quinhentos anos depois, fica difícil para o historiador atual aceitar a versão amena da história dos

descobrimentos, que tende a minimizar os atos truculentos e conferir à presença portuguesa na Ásia um caráter exclusivamente civilizador.

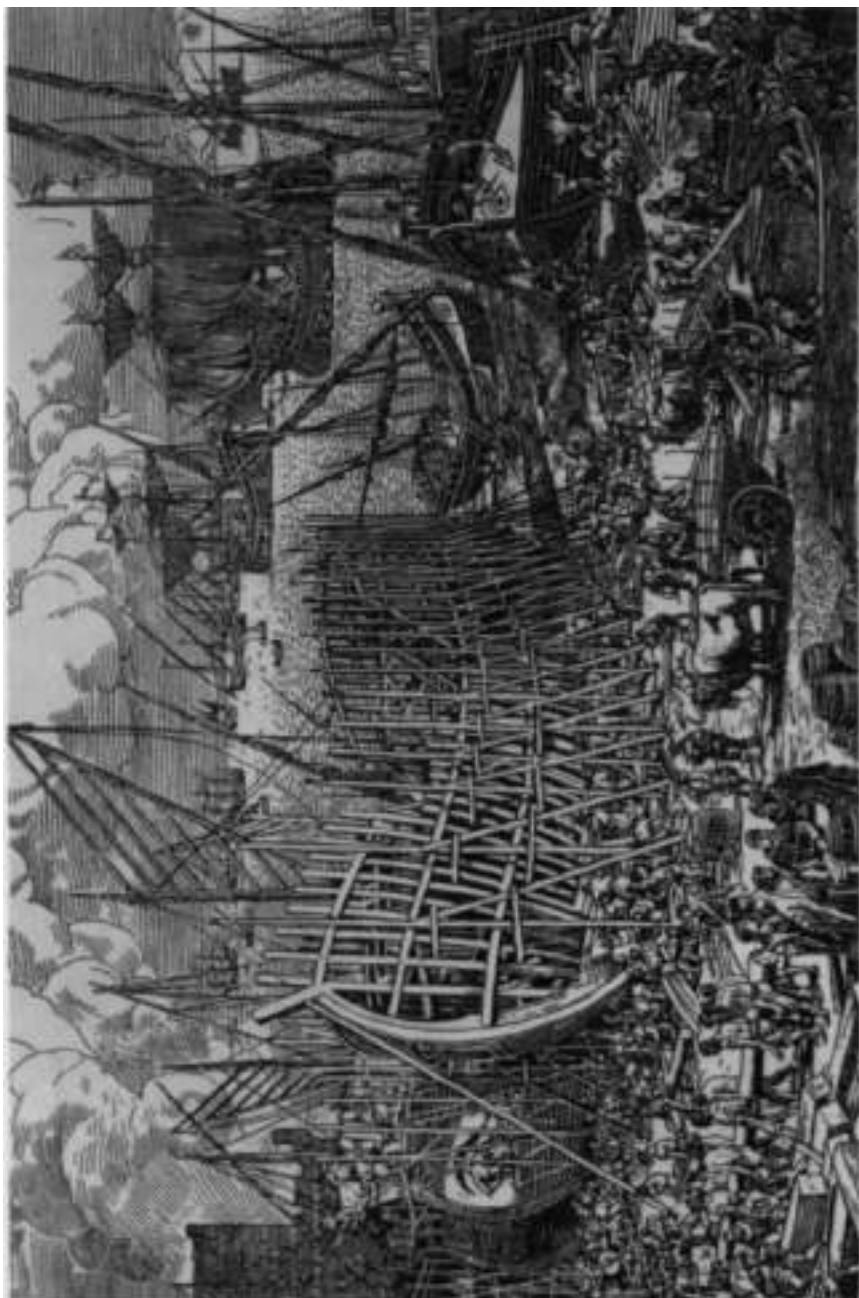
Na verdade, essa aurora do mundo moderno foi ambivalente e paradoxal. Ao mesmo tempo, os navegadores modernos enriqueceram os conhecimentos geográficos e as ciências da natureza, e usaram sem cessar a força bruta, como sempre fizeram os mais truculentos e arcaicos homens, desde os tempos pré-históricos. com o moderno e o antimoderno de mãos dadas, cartografia e construção naval evoluíram ao som do troar de canhões...

São Francisco Xavier, um homem realmente santo, foi contemporâneo de Antônio Faria, que a literatura imortalizou como exemplo máximo de hipocrisia e de cobiça!

Tudo isso fez parte do ultracontraditório e moderno processo de expansão marítima que se iniciou no Índico, após a viagem de Vasco da Gama. Daí por diante, a presença portuguesa no comércio oriental aumentou rapidamente, com d. Francisco de Almeida e d. Afonso de Albuquerque instalando feitorias e construindo fortalezas cada vez mais a leste, até chegar a Málaca, às Molucas, à China e ao Japão.

A história daquele mundo, que até então vivia fechado, ainda não era universal (no sentido de que uma crise **ou** catástrofe em uma de suas regiões não afetava necessariamente os demais povos, que em geral nem chegavam a tomar conhecimento do ocorrido).

As grandes navegações do início da história moderna inauguraram uma fase de crescente interdependência entre os vários continentes. Foi o início da economia-mundo, a aurora dos tempos modernos, embora só mais tarde viessem a se configurar plenamente as novas relações sociais e de produção.



Nascimento da internacionalização

Até o século 15, as diferentes civilizações viveram relativamente isoladas dentro de um quadro limitado e descontínuo de comunicação material e espiritual. Mesmo considerando a presença muito anterior dos árabes na Índia e de barcos chineses no Índico, não há como negar a amplitude da comunicação inaugurada pelos europeus nos séculos 15, 16 e 17 entre Europa, África, Ásia, América e Oceania.

Os portugueses foram pioneiros nesse notável processo de universalidade cultural. Os feitos náuticos de Gil Eanes, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Cabral e Magalhães foram tão decisivos para o advento da economia-mundo quanto as demais navegações daquele período, empreendidas por genoveses, catalães, castelhanos, franceses e ingleses: Colombo, Vespúcio, Caboto, Verrazzano, Urdaneta, Yañez Pinzón, Corte-Real, Malocello, Cadamosto, Cartier, Hudson, Frobisher, Barents, Burrough, Tasman.

No século 18, esse processo ainda não estava concluído, cabendo a Bougainville e James Cook levá-lo até a Austrália Oriental, a Polinesia e outros arquipélagos do Pacífico.

Por mais contraditório e violento que tenha sido esse processo de expansão e conquista, não se poderá nunca esquecer o pioneirismo de italianos e ibéricos em sua primeira fase. A cartografia, a construção naval, as técnicas de navegação, a botânica, a zoologia, a geografia, todas essas áreas do conhecimento receberam um grande impulso a partir daquelas viagens, apesar de tantos desencontros e colisões culturais (as mais graves provocaram a extinção de povos indígenas no Brasil).

E eis aí então o cerne da contradição: o 'progresso' moderno veio acompanhado de morte e destruição. E por isso fica difícil 'comemorar*' e festejar acon-

tecimentos tão ambivalentes e, até mesmo, trágicos.

Vistos pelo ângulo da economia-mundo (início da formação do mercado mundial e intensificação da divisão internacional do trabalho), os 'descobrimientos' têm um lado admirável e brilhante. Mas os mesmos processos mostram sua face tanatológica e destruidora quando são observados pelo ângulo dos povos africanos, ameríndios e asiáticos subjugados pelo colonialismo.



Qual desses dois aspectos o historiador deve enfatizar e divulgar? Os dois aos mesmo tempo, pois o passado foi assim, desigual e plural. O problema com os organizadores de eventos comemorativos reside, justamente, no fato de focalizarem exclusivamente a face resplandecente do Progresso, deixando de lado sua face sombria.

Esperança e utopia

É tempo, portanto, de reavivar o sonho, de estimular a inventividade e de reacender a esperança. Sonho que vem do início da Escola de Sagres, ou até mesmo de antes, do tempo dos franciscanos espirituais que tanto enriqueceram Portugal - tanto do ponto de vista cultural quanto do científico -, desde o reinado de d. Dinis, o rei poeta, e da rainha santa d. Isabel.

Desde meados do século 15, esse Portugal universalista e cristão coexistiu com outro Portugal, cobiçoso e mercantilista, que a partir de 1444 foi vanguardeiro no tráfico de negros da Guiné, como se pode ler nas páginas clássicas do texto do cronista português Eanes Gomes de Zurara, escrito em 1453.

O infante d. Henrique e seu irmão d. Pedro (este, humanista e tradutor de Cícero, foi quem trouxe o livro de Marco Polo de Veneza para Lisboa) viveram nessas fronteiras de dois mundos, ou de duas concepções de vida: a do mercantilismo e a das aspirações franciscanas por um mundo de amor e fraternidade. Essa ambivalência fez parte de todo o processo de expansão ultramarina liderado por portugueses.

Infelizmente - para os índios do Brasil e para os povos africanos - as forças da economia-mundo acabaram, muitas vezes, anulando os esforços humanitários e solidários. Mas estes também fizeram parte dos 'descobrimientos'.

Após a morte de Francisco de Assis, a ala chamada 'espiritual' da ordem franciscana foi perseguida na Itália, pelas semelhanças entre sua prática conseqüente do ideário cristão e as idéias de Gioacchino da Fiore - que anunciava o advento de uma nova era de paz e bem-aventurança, a era do Espírito Santo -, condenadas por Roma. Mas em Portugal recebeu o apoio de d. Isabel, de forma que o franciscanismo se tornaria um dos principais traços culturais da sociedade portuguesa dos séculos 14 e 15.

O povo português manifestava uma espiritualidade heterodoxa muito desenvolvida, que às vezes assumia até mesmo formas consideradas heréticas pelo alto clero e por Roma - como o culto ao Divino Espírito Santo, que mais tarde passaria dos Açores para o Brasil.

Porém, essas expressões populares do ideário cristão coexistiam com instituições clericais rígidas, no topo da sociedade portuguesa quinhentista, que aca-



baram dando origem ao regime do padroado e à extensão da Inquisição para as colônias ultramarinas.

Nos barcos portugueses que navegavam pelo Atlântico e pelo Índico viajavam portugueses de todos os tipos: inquisidores (houve Inquisição em Goa), homens honestos e solidários (Anchieta) e até mesmo São Francisco Xavier, que esteve na Índia, na China e no Japão.

Se hoje, quinhentos anos depois das viagens de Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, podemos revalorizar algum projeto português do passado, e dar-lhe importância em nosso próprio tempo, com certeza esse é o principal: o sonho luso-franciscano de um mundo universalista e fraterno, no qual a ciência seja valorizada (na Idade Média, muitos franciscanos foram cientistas), mas a cooperação e a solidariedade humana também o seja.

Se esse projeto português só existiu em estado virtual, nos séculos 15 e 16, isso em nada diminui sua importância. Afinal, tudo que possui virtualidade existe como faculdade susceptível de se realizar.

Depois de ter zarpado do Tejo em agosto de 1487, Bartolomeu Dias ultrapassou o cabo do Padrão, atual cabo Cross, no sudoeste africano, ponto que já havia sido atingido por Diogo Cão. Logo depois passou pela angra dos Ilhéus, atual baía Spencer, e pelo cabo da Volta, atual Diaz Point.

Navegando ainda mais para o sul, foi envolvido durante vários dias por uma tormenta, ao fim da qual aportou numa baía hoje denominada Santo Antônio, onde colocou um marco de pedra. Prosseguiu um pouco mais adiante, até o rio hoje chamado Great Fish, e daí retornou ao Tejo, não sem antes colocar um padrão português no cabo das Tormentas, atual cabo da Boa Esperança.

Estava aberto o caminho marítimo para a Índia. Vasco da Gama passou por lá. Pedro Álvares Cabral também, logo depois de ter saído de Porto Seguro.

CULTURA DE SÍNTESE

Milhares de anos antes da chegada dos portugueses, as terras que hoje pertencem ao Brasil já eram povoadas. O *Homo sapiens* não é originário da América: todos os povoadores iniciais do continente americano vieram de fora, de outros continentes.

Há divergências quanto à data inicial desse povoamento (11 mil anos? 40 mil anos? Muito antes disso?) e também quanto aos caminhos percorridos por essas migrações paleolíticas (Behring? Melanesia e Austrália? Outras vias ainda desconhecidas?).

No entanto, há uma certeza: aqueles povoadores iniciais - mongólicos e negroides - não eram europeus. Nem vieram pelo Atlântico, tal como os mercantilistas ibéricos fariam nos tempos modernos.

Os primeiros caçadores-descobridores vieram do Velho Continente pelos confins da Ásia e pelas águas do Pacífico. Vieram do Oriente, viajando em direção ao leste, ou seja, em direção ao oriente!

Por isso, costumo dizer que o Extremo Oriente da 'pré-história' não ficava na Ásia, mas sim no Brasil: a parte mais oriental do continente americano fica no atual estado da Paraíba. Então, es-

ses orientais 'pré-históricos' foram os verdadeiros descobridores das terras que hoje chamamos 'Brasil'.

Formação da sociedade brasileira

No entanto, a sociedade brasileira não tem milhares de anos: tem apenas quinhentos anos. A sociedade brasileira não é uma versão em tamanho grande de alguma sociedade tupi, ou aruák. Ou jê.

A história dessa grande síntese a que chamamos Brasil - uma história de miscigenações, aculturações e sincretismos - começou no início do século 16.

Ao longo desse processo, a língua portuguesa acabou predominando, mas isso não torna o Brasil idêntico a Portugal. No início do século 16, enquanto Portugal tinha 1 milhão de habitantes, no Brasil os inúmeros povos indígenas (de línguas tupi, jê, aruák, karib e outras) somavam, juntos, cerca de 6 milhões de pessoas!

Esses povos indígenas têm uma história muito mais antiga que a história da sociedade brasileira. Suas línguas são ágrafas (não têm representação escrita), mas isso não significa que eles não tenham história - esse é um preconceito dos que forjaram a expressão 'pré-história' (por isso, prefiro usá-la entre aspas).

Os povos indígenas não tinham escrita, mas tinham uma cultura antiga e bem estruturada. Em sua lenta maturação, a jovem cultura luso-brasileira foi recebendo muitas influências dessas culturas de remotíssima procedência oriental.

Até o final do século 18, o tupi-guarani ainda era falado em São Paulo, e o nheengatu (língua geral dos povos indígenas) ainda é falado por brasileiros em

alguns municípios do rio Negro, no Amazonas, no final do século 20!

Matriz cultural e mestiçagem

Nossa matriz cultural é ibérica, mas os portugueses do Brasil (até o final do século 18, ninguém se dizia 'brasileiro') tinham filhos com mulheres de origem tupi, ou africana. E eram as mães que cuidavam dos bebês mestiços, das crianças mestiças, dos adolescentes mestiços.

Ao longo do período colonial, o Brasil ganhou uma população mestiça enorme - e essa é uma das fontes da extraordinária energia psíquica dos brasileiros.

Sua mentalidade foi sendo gestada em casas nas quais o nheengatu e o tupi-guarani (ou uma língua aruák) eram o dia inteiro falados pelas mães.

Ora, isso que acontecia com os portugueses do Brasil, quase sempre mestiços, nunca aconteceu com os portugueses de Portugal. Inúmeros vocábulos em língua tupi acabaram sendo integrados na linguagem do português brasileiro.

Quando sabia falar a língua do pai, o filho de pai português e mãe tupi nascido em São Paulo no século 17 usava palavras portuguesas, cujas remotas origens se encontram no latim ou no grego. Mas também usava palavras de origem tupi que nenhum habitante de Lisboa (ou poucos deles) conseguiria entender.

Trezentos anos depois, continuamos a usar essas palavras no Brasil inteiro: capim, urubu, caatinga, maracujá, biboca, aririnha, tatu, tamanduá, mandioca, juriti, guará, jacaré, cupuaçu, jabuticaba, açai, aipim, araçá, araponga, arara, babaçu, beiju, bocaiúva, buriti, caiçara, caipora, caitetu, caju, gamboa,

catanduva, cipó, cuia, cupim, guariroba, igarapé, ingá, ipecacuanha, itaimbé, jabuti, taquara... E centenas de outras.

Sem o samba, a capoeira e o maracatu, a cultura brasileira não seria tão rica como é. E essa é uma parte da contribuição negra para o grande caldeirão étnico-cultural chamado Brasil. O mesmo pode ser dito do lundu, da congada e do acalanto, que em outras épocas, ou regiões do país, contribuíram para a formação musical e poética do povo brasileiro.

Nas artes plásticas e visuais, a contribuição do negro foi importantíssima, tanto no período colonial - com os pintores Manoel da Cunha, Jesuíno do Monte Carmelo, Leandro Joaquim e Raimundo da Costa e Silva -, quanto no Império, com Francisco Pedro do Amaral. E não é preciso pensar muito. Basta lembrar que o Aleijadinho era filho de escrava e que Machado de Assis era mulato, para notar a extraordinária vinculação do negro com as artes e com a literatura no Brasil.

Essa longa tradição chegou aos séculos 19 e 20 com muita força, no jornalismo, na música, na escultura, no teatro, no romance, na dança, na poesia, no ensaísmo, no cinema: Cruz e Sousa, Gonçalves Crespo, José do Patrocínio, Luis Gama, Lima Barreto, Teodoro Sampaio, Edison Carneiro, Abdias Nascimento, Ruth de Sousa, Sílvio Caldas, Ataúlfo Alves, Clementina de Jesus, Cartola, Lupicínio Rodrigues, Rubem Valentim, Zezé Mota, Milton Nascimento, Gilberto Gil, Ivone Lara, Emanuel Araújo e dezenas de outros artistas ilustres, que o Brasil todo admira, têm uma origem africana, mais ou menos remota.

Usamos a língua portuguesa de forma tão livre e solta, que a cultura brasileira só podia ser antropofágica e sintetizadora, como de fato é. Os brasileiros são tão criativos e inventivos no falar que a palavra vernáculo - lin-



guagem pura, isenta de estrangeirismos - fica meio sem sentido entre nós. Vernáculo também quer dizer idioma próprio de um país, de uma terra. E nosso vernáculo não é próprio desta terra, é originário da Península Ibérica, a milhares de quilômetros daqui...

O que nos distingue e singulariza não é o falar castiço: é o formidável poder de síntese da cultura brasileira. O racismo e as forças desagregadoras do separatismo também atuam por aqui, mas felizmente as forças de atração, empatia e afinidade acabaram prevalecendo, neste final de século 20.

Por isso, não somos um aglomerado de guetos, mas uma grande síntese em andamento. A incompletude dessa síntese torna tudo muito relativo e instável, mas quando comparamos nossa situação com a de outros países (Estados Unidos ou África do Sul, por exemplo), percebemos que a solidariedade, a amizade e a cooperação têm muito mais chances de vencer entre nós.

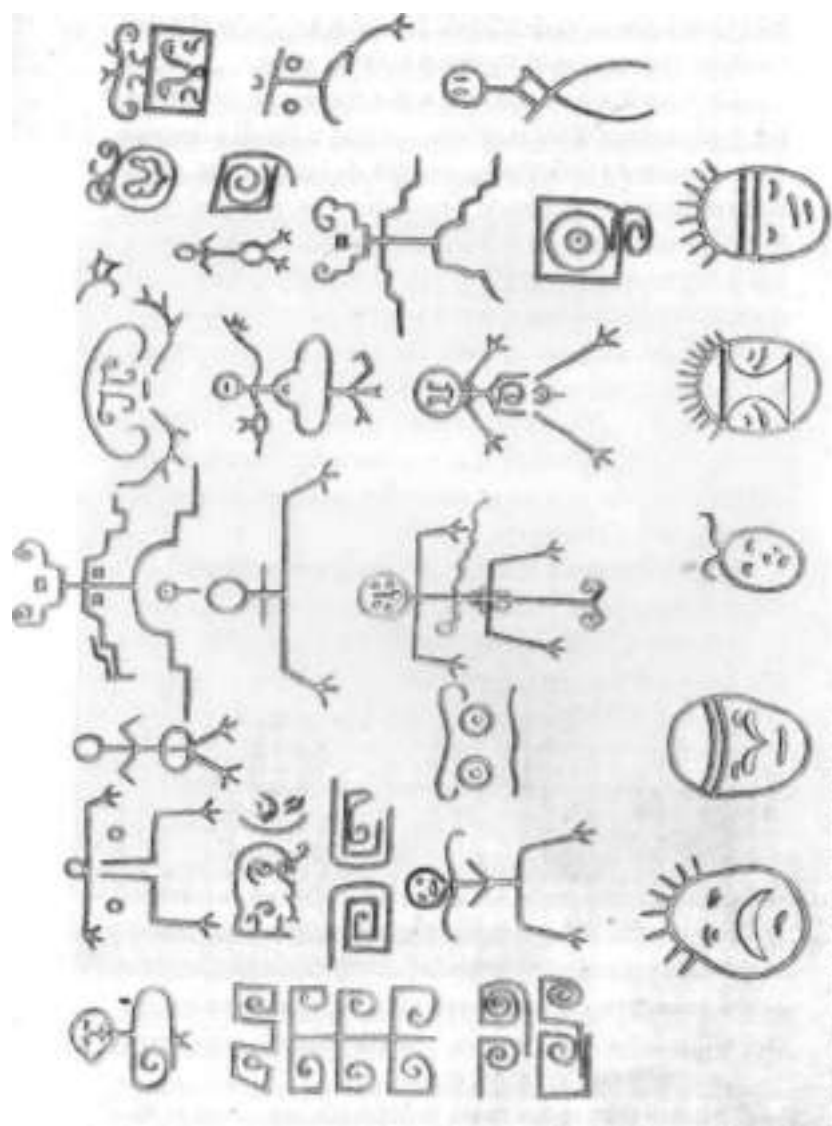
A invenção do Brasil

As terras que hoje habitamos não foram descobertas pelos portugueses, mas sim por aqueles caçadores e artistas (faziam magníficas pinturas rupestres) do Paleolítico Superior, que vieram do Oriente.

No entanto, aquilo que existia por aqui antes da chegada dos portugueses - cerca de mil povos falando mil línguas diferentes - ainda não era o Brasil.

A síntese-Brasil teve início com os portugueses, há quinhentos anos; assim, esta é a idade de nossa sociedade e o marco inicial do processo de formação de nossa cultura.

A invenção do Brasil - país síntese, obra-prima da miscigenação, do sincretismo e da diversidade - é uma



desenhos realizados no trabalho da criança Filiz - 4 anos

das melhores expressões, na história cultural, do poder da inventividade. Um poder que é um não-poder, pois não existe para o exercício da dominação. É o poder que confere alegria e está ligado à arte de viver.

Glauber Rocha dizia que todo cineasta é um inventor. Poderíamos dizer também - já que o Brasil é um país deliciosamente inventado, a partir de tantas e tão variadas tradições - que todo brasileiro tem um pouco de inventor em sua trajetória de vida, formada de sucessivas adaptações, migrações, aculturações, achamentos, deslumbramentos, trombadas, trancos e jeitinhos.

Às vezes os estrangeiros percebem no povo brasileiro qualidades que nem sempre são percebidas aqui. Neste momento, temos problemas sociais e ambientais gravíssimos, e a crise econômica é uma ameaça maior. Procurar soluções para esses problemas é tarefa prioritária.

Mas, ao mesmo tempo - e isso é extraordinário na cultura brasileira -, somos o país no qual, segundo Jacques-Ives Cousteau, "se um dia a humanidade inteira cair na depressão, é no Brasil que encontrará a regeneração, do mesmo modo que, se um dia ela estiver próxima da asfixia, é na Amazônia que poderá se reanimar".

Essa capacidade de regeneração - por meio do entusiasmo e da arte de viver - não é um poder de dominar: é um poder de vitalizar.

O Brasil não pode ser encarado apenas como fonte de recursos e de matérias-primas, local de investimento e especulação financeira. Ou, ainda, como cenário macabro de inúmeras violências contra menores abandonados, negros, trabalhadores sem terra, povos indígenas e favelados.

O Brasil tem todos esses problemas, como eu já disse, mas tem também auto-estima suficiente para encontrar soluções para os mesmos. uma visão puramente negativa de nossa situação pode nos afundar de uma vez.

É importante às vezes lembrar, sem nenhum ufanismo: essa auto-estima não é fruto de uma manipulação ideológica, mas decorre do próprio caráter rejuvenescedor da cultura brasileira. Cultura que se formou nas encruzilhadas e nos múltiplos caminhos que trouxeram a humanidade aqui para estas terras, ao longo de intermináveis migrações históricas e 'pré-históricas'.



uma cultura vigorosa

Apesar de todas nossas deficiências no plano político e de nossas fragilidades sociais, nossa cultura tem forças inegáveis: adaptabilidade; facilidade para improvisar e encontrar soluções originais; admiração pelo novo; criatividade; esperança no futuro; alegria de viver; pronta disponibilidade para uma brincadeira ou um jogo.

Se alguém acha que essas qualidades estão homogêneamente distribuídas entre todos os países do planeta, está muito enganado, ou nunca teve ocasião de viajar e viver fora do Brasil. Somos um país-encruzilhada, país-labirinto, país de imigração, onde a intolerância e a rigidez existem, mas em proporções menores que em outros países do mundo. E por isso ainda temos salvação.

como nenhuma sociedade é um todo homogêneo, é evidente que essas qualidades não estão distribuídas uniformemente entre todos os brasileiros. E é evidente também que muitos brasileiros - envolvidos com corrupção administrativa, crime organizado, abuso sexual de crianças, violência contra trabalhadores rurais, falcaturas políticas e financeiras, exploração desenfreada de seus semelhantes etc. - nada têm a ver com o futuro-probabilidades de que estamos falando, um mundo novo e melhor.

Homens corruptos e violentos fazem parte de uma rotina velha e repetitiva, ligada desde os tempos coloniais à destruição, e não à construção de algo novo. Tânatos (que na mitologia grega simboliza o impulso de morte e destruição) e Eros (deus que assegura a continuidade da espécie e a coesão do cosmo) não vivem em compartimentos estanques. Vivem juntos nessa mesma sociedade desigual que, por um lado, contém em seu interior forças e elementos propiciadores de cooperação, amizade, crescimento e solidariedade.

Por outro lado, contém simultaneamente estruturas e instituições que incentivam e facilitam a exploração econômica, a fraude, as falcaturas, a falta de transparência, as agressões ao meio ambiente, os desequilíbrios sociais, o analfabetismo, a doença, o preconceito e o racismo. É como se o Brasil fosse um belo e grande pássaro tentando levantar vôo, com uma pedra (ou um saco de dejetos coloniais) amarrada nos pés.

Em qualquer outra sociedade do mundo, tanto a destruição quanto a construção estão igualmente presentes. É provável inclusive que as dimensões tanatológicas (as forças de destruição) da história brasileira superem as de outros povos das Américas e da Europa. No entanto, como a cultura brasileira tem qualidades que dão força para aqueles que trabalham com Eros numa perspectiva de renovação social, também é provável que o Brasil - com todos seus problemas - possa vir a ser aquele país em que a humanidade em depressão virá buscar um novo alento.

Nossas múltiplas encruzilhadas culturais (nas quais são gerados os sonhos) são muito ricas em carinho, em entusiasmo e em energia psíquica.



Vivemos numa linha fronteira da consciência, na qual manifestações de dignidade e felicidade se misturam com manifestações de crueldade e horror. Mas, a cada manhã, estamos mais próximos do sol, aprendendo a voar, apesar do baixíssimo nível dos políticos destas latitudes.

Não somos um país lascivo, inquietante e exótico, como insinuam certas visões folclorizantes de nossa cultura, ainda em moda na Europa. Mas somos, isto sim,

parte desse singular e originalíssimo fenômeno histórico-cultural que conseguiu dar alguma unidade para tanta diversidade aqui acolhida ao longo de cinco séculos.

Aos autóctones de língua tupi, aruák, jê e karib vieram se misturar, nos últimos quinhentos anos, congos, benguelas, cabindas, daomeanos, iorubas, açorianos, minhotos, algarvios, galegos, andaluzes, napolitanos, calabreses, sicilianos, toscanos, alemães, austríacos, ucranianos, russos, poloneses, finlandeses, japoneses, coreanos, turcos, sírios, libaneses, egípcios, gregos, ingleses, holandeses e milhares de pessoas de muitas outras procedências geográficas, lingüísticas e religiosas.

Sempre que uma síntese se processa, o futuro passa a ser mais sedutor que o passado, e então os hábitos anteriores não impedem mais o advento do novo. Isso ocorreu, e continua ocorrendo, nas múltiplas encruzilhadas a que chamamos Brasil.

Nessa idade - quinhentos anos -, um país deixa de ser jovem e entra em sua plena maturidade, isto é, chegamos ao tempo em que é preciso deixar o pássaro levantar vôo, livre de qualquer peia colonial preconceituosa, corruptora ou derrotista.

PRECONCEITO E SOLIDARIEDADE

Pensar nas diferentes formas de dominação colonial como resultado de um processo inevitável de superioridade racial foi uma maneira muito comum de tranquilizar a consciência das elites européias durante um amplo período, ao longo do qual o racismo impregnou uma boa parcela das historiografias francesa, inglesa, alemã e espanhola.

Esse racismo historiográfico preconceituoso em relação a negros e índios também existiu em Portugal e no Brasil. Mas nesses dois países, por razões diversas, surgiu também o mito da democracia racial brasileira - que ainda hoje faz muita gente crer que não há racismo no Brasil, ou que essa questão pode ser reduzida à questão da dominação de classe.

O preconceito contra o negro em Portugal

Na verdade, a visão preconceituosa em relação ao negro esteve presente em Portugal desde a chegada dos primeiros contingentes de escravos ao Algarve, na primeira metade do século 15, cem anos antes da chegada dos primeiros escravos africanos ao Brasil, que ocorreu em 1538.

Em seu livro *Crônica do descobrimento da Guiné* - concluído em 1453 -, Zurara relata o desembarque de um contingente de escravos na cidade portuguesa de

Lagos. Seu depoimento expressa todas as contradições e o caráter ao mesmo tempo econômico e religioso da expansão mercantilista portuguesa.

Naquele 8 de agosto de 1444, ali em Lagos, os africanos estavam sendo vendidos na presença do infante d. Henrique, que abriu mão dos 46 escravos que lhe cabiam como quinto. Essa venda de escravos, dali por diante realizada em escala cada vez maior, foi um dos negócios mais rendosos da fase que precedeu a acumulação capitalista propriamente dita.

No entanto, esse comércio era visto pelas classes dominantes portuguesas como uma obra de salvação, de caráter religioso, pois os escravos eram sistematicamente batizados e convertidos ao catolicismo. É o que diz Zurara, expressando a mentalidade dominante em Portugal naquela época. Segundo ele, montado em um magnífico cavalo e cercado por sua comitiva, o infante d. Henrique sentia uma satisfação indescritível ao contemplar a salvação daquelas almas.

Enquanto isso, os 230 africanos se entreolhavam, com as cabeças baixas e as faces banhadas em lágrimas. Alguns gemiam de tristeza, enquanto fixavam seus olhos no céu. Outros batiam nas faces com as próprias mãos e se lançavam ao chão. Outros cantavam um lugubre canto à moda de seu país e, embora não fossem compreendidos pelos portugueses, expressavam claramente uma grande dor.

A angústia atingiu o ponto máximo quando chegou o momento da distribuição dos negros entre seus novos proprietários, depois de efetuadas as transações comerciais. Esposas foram separadas de seus maridos e as mães faziam um esforço desesperado, e inútil, para não se separar de seus filhos.

O relato de Zurara é muito importante para aqueles que tentam hoje compreender o caráter específico assumido pelo racismo em Portugal e no Brasil. O



Comércio de escravos

cronista demonstra sua compaixão diante da trágica situação daqueles homens, mulheres e crianças, recém-chegados da Guiné. É provável que uma boa parte da multidão que testemunhou aquela cena tenha nutrido esse mesmo sentimento em relação aos negros. Mas é muito provável também que a maioria tenha pensado como Zurara: apesar do caráter trágico da separação de pais e filhos, maridos e esposas, tudo era feito pela salvação de almas que, de outra forma, estariam perdidas.

Essa obliteração da consciência, que em Portugal e no Brasil sempre acompanhou os pensamentos racistas, não se explica apenas pela religião, mas também pelo paternalismo do escravocrata português.

Anos depois daquele desembarque, Zurara relatou que os infelizes eram tratados com benevolência, assim que aprendiam a língua portuguesa e adotavam o catolicismo. Ou seja, o português pensa que 'faz o bem' quando é paternalista com aqueles a quem ele destróçou (pais separados de filhos, irmãs de irmãos, todos eles arrancados de sua terra de origem pela força, vendidos como escravos).

Querer ser benigno e, ao mesmo tempo, dono de escravos, é um paradoxo psicocultural que fez parte do complexo processo de formação das ideologias racistas que ainda hoje sobrevivem no Brasil.

Paternalismo e violência

Os portugueses que vieram para o Brasil nos séculos 16 e 17 trouxeram para o Novo Mundo essa mentalidade que já era corrente em Portugal no século 15, no tempo de Zurara. No novo contexto econômico e cultural da co-

lônia, caracterizado pelo latifúndio e pelas dimensões do país, o racismo ganhou conotações mais duras.

A miscigenação ocorrida não expressa nenhum suposto abrandamento dos preconceitos etnocêntricos em relação aos negros. Tornou-se prática freqüente daqueles homens isolados nos trópicos, em uma época (no século 16, principalmente) na qual a colonização era obra quase exclusiva de pessoas do sexo masculino.



Mestiçagem e preconceito de cor se combinaram em proporções diferentes nas diversas colônias - inglesas, francesas, holandesas e portuguesas. Essa é a particularidade dos colonos portugueses, em comparação com os holandeses ou ingleses: sua união sexual freqüente com índias e negras. Mas ela não anula, nem exclui, o racismo ideológico, estético e cultural, que nunca deixou de existir no Brasil, até os dias de hoje.

O fato de a mulher negra ter com freqüência iniciado sexualmente os filhos de donos de engenho, no Nordeste, ajuda a explicar a forma específica assumida pelo racismo no Brasil. Mas não anula a existência do racismo.

Fosse o branco mais ou menos paternalista ou católico, mais ou menos propenso a aventuras sexuais com negras e índias, a mentalidade que predominava no período

colonial era aquela registrada pelo padre jesuíta André João Antonil, em 1711: "no Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três 'p', a saber: pau, pano e pão".



O 'p' da palavra pau, a que se refere Antonil, diz respeito a castigo. O negro precisava apanhar, para se sujeitar definitivamente a sua condição de escravo - fossem ou não seus proprietários adeptos da atividade sexual com negras, no canavial ou na casa-grande. O 'p' referente a apanhar era muito mais frequente do que o de comer (pão) e o de vestir (pano), como explica o jesuíta: "contudo, provera Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir, como é muitas vezes o castigo, dado por qualquer coisa provada ou levantada".

Antonil, italiano de Lucca que morou 35 anos no Brasil, não expressava um ponto de vista isolado. Essa maneira de encarar o negro, paternalista e autoritária ao mesmo tempo, foi típica do racismo em sua versão luso-tropical.

No sertão brasileiro, quase cem anos antes de Antonil, frei Vicente do Salvador mostrava a maior indiferença diante das crueldades cometidas contra negros que ha-

viam reconquistado sua liberdade por meio da fuga.

Ao relatar o procedimento adotado pelo governador Diogo Botelho, de utilizar índios para recapturar negros fugitivos, o religioso deixa transparecer a mentalidade dominante no século 17: o negro é bom para o trabalho, e a negra para o trabalho também (e, eventualmente, para a cama); mas sempre, em qualquer dos casos, só são bons quando não fogem. Quando não ousam questionar sua condição de escravo.

Em relação aos quilombolas não havia paternalismo algum, nem sequer o paternalismo autoritário que valia para os demais negros. O negro fujão negava o sistema pela raiz e precisava a qualquer custo ser retirado da situação livre que o quilombo lhe oferecia temporariamente. com esse objetivo, todos os métodos podiam ser utilizados - até mesmo a instigação de índios contra negros.

Frei Vicente era um homem culto. Na dedicatória que escreveu em seu livro, em 1627, fala de lógica, de física e de ética, mencionando Aristóteles, Plutarco e Homero. Era um homem de letras, nascido na Bahia. Se até mesmo entre homens cultos e cristãos, como ele, o racismo e o escravismo conseguiam obliterar a memória e limpar a consciência, o que não dizer dos demais brancos do Brasil seiscentista?

Naquele regime baseado na autoridade patriarcal, a tendência a dissimular o excesso de autoridade sob a forma de proteção se combinou com atrações sexuais inegáveis.

O racismo atualmente existente no Brasil é herdeiro de toda essa intrincada situação colonial inicial, embora tenham surgido novos fatores, no decorrer dos séculos 18 e 19.

Negros libertos e homens livres miseráveis

A descoberta de ouro em Minas Gerais (1693), Mato Grosso (1719) e Goiás (1725) deu uma nova faceta à questão do racismo, no século 18. Para entendê-la é preciso, antes, perceber algumas das conseqüências sociais do acúmulo de riquezas e da concentração de miséria provocados pelo **ouro**.

O fato de o Brasil ter se tornado o maior produtor mundial de ouro, em poucas décadas, atraiu para a colônia, e em particular para Minas Gerais, uma enorme massa de portugueses recém-chegados da Europa, além de um grande número de luso-brasileiros de outras capitânias.

A circulação de mercadorias possibilitada pela mineração desencadeou um processo de integração das várias regiões do Brasil, antes isoladas entre si. Pelo rio São Francisco, chegavam a Minas Gerais vindos do Nordeste colonizadores que traziam aguardente, fumo e gado. Do sul, pelas feiras de Sorocaba, chegavam tropeiros paulistas e gaúchos, trazendo muarés. Abriu-se um caminho de Minas para o Rio de Janeiro, para onde em 1763 se trasladou a capital do vice-reino.

Em vários sentidos e em várias direções, o sertão foi sendo rasgado e povoado. Pela primeira vez, no interior de um país até então essencialmente agrícola, se iniciou no território das minas um processo de urbanização.

Praticamente toda a população de Minas Gerais se concentrava em núcleos urbanos. Em meados do século 18, Mariana e São João d'El Rei abrigavam mais de 10 mil habitantes e Vila Rica de Ouro Preto conta-



Leioages de diásporas em Curitiba.

va com mais de 30 mil, população considerável para a época. Havia ainda mais onze vilas oficiais e inúmeros povoados, em muitos dos quais se desenvolvia o setor de serviços, com toda a dinâmica característica do setor terciário: pequeno comércio, novos ofícios urbanos e artesanato diversificado.

A colonização, até então restrita ao litoral, avançava rumo ao interior, e dava uma nova configuração à sociedade, com a emergência de uma classe média e o aumento do número de negros alforriados. Esse aspecto é o que mais nos interessa nesse momento, por sua relação com o tema do racismo.

A proporção de alforriados em relação ao total de escravos passou de 1,4 por cento, em 1735, para 35 por cento, em 1786. Essa massa considerável de negros alforriados nem sempre encontrava uma vida digna. Alguns já dominavam um ofício artesanal, que passaram a exercer livremente. Outros se dedicaram ao pequeno comércio, ou se tornaram fiscoadores.



No entanto, uma grande parcela desses negros alforriados se misturou aos brancos pobres e miseráveis que já viviam naquelas vilas e cidades.

Nem sempre eram indigentes, ou mendigos, mas quase sempre maldotados e pouco favorecidos do ponto de vista econômico e profissional. Acabavam indo integrar um grande contingente de vadios e vagabundos. Fruto do processo de desclassificação social ocorrido em Portugal e nas minas, eram tidos como membros de uma outra humanidade, além de serem considerados inferiores, devido à cor de sua pele.

No século 18, esse processo de desclassificação, ou exclusão social, não atingiu só os negros, mas também milhares de brancos. Mas fatores ideológicos encarregaram-se de fazer desaparecer essa realidade e substituí-la por outra versão histórica, que relacionava, de forma exclusiva, marginalidade e cor (negra) da pele. Em vez de se abrir para libertos e negros livres, a sociedade colonial muitas vezes criou para eles situações ainda mais difíceis.

Ao lado dessas relações, nas quais predominavam a autoridade e a violência do escravista, havia também relações em que amor e interesse apareciam juntos na mentalidade senhorial, revelando laços de cumplicidade que ligavam senhor e escravo, antes da alforria. Às vezes tais laços permaneciam após a liberdade do escravo - por exemplo, sob a forma de compadrio.

Essas estranhas misturas de carinho e ódio, medo e confiança, castigo e generosidade conferem ao regime colonial português sua especificidade, e ao patriarcalismo senhorial um papel desencorajador dos esforços coletivos de emancipação, exercendo uma influência que limita e esteriliza o negro, mantendo-o na dependência com outros métodos.



Muitos desses preconceitos e lugares-comuns passaram para o século 20. Em meio a eles, predominam fatos reais, meias verdades e mentiras. É desse contexto incerto e ultracontraditório que as ideologias racistas, em suas várias versões brasileiras (mais ou menos paternalistas, mais ou menos satíricas, mais ou menos discriminadoras) se alimentam.

O preconceito contra os índios

Também os índios eram vistos com extremo preconceito, pelos portugueses e por seus descendentes no Brasil. Portugal e Brasil, de um lado, e o resto da Europa, de outro, construíram visões diferentes do homem americano.

Na Itália, na França e nos demais países europeus, graças principalmente às cartas de Américo Vespúcio, a terra recém-descoberta e seus habitantes pareciam algo belo e agradável (levando à concepção do 'bom selvagem', que tanta influência teve no pensamento europeu do século 18). No entanto, em Portugal e no Brasil essas idéias quase não tiveram difusão.

Nenhuma corrente indianófila significativa está representada na literatura portuguesa, na qual o indianismo jamais exerceu papel importante. No próprio Brasil, o entusiasmo pelo 'bom homem natural' só encontraria uma expressão mais forte na literatura romântica do século 19. Nos séculos anteriores, a figura do índio assumia um papel ultranegativo.

Em *Tratado da terra do Brasil*, datado do final do século 16, Pero de Magalhães Gândavo constrói uma imagem terrível dos primeiros habitantes que, segundo ele, seriam desumanos e cruéis, vivendo como animais, sem ordem e sem sociedade. Afirmava que, desonestos e luxuriosos, eles se entregavam aos vícios como se não tivessem razão humana.

Em *Diálogo das grandezas do Brasil*, escrito em 1618 por Ambrósio Fernandes Brandão, um dos parceiros do diálogo, Alviano, dizia não ver diferença entre os índios e as feras.

Simão de Vasconcelos, por sua vez, escreve que, quando Gaspar de Lemos chegou a Portugal em 1500, com a notícia da descoberta do Brasil e levando consigo um índio, a população lisboeta considerou o viajante tupi "semelhante às cabras, ou a um fauno, um daqueles monstros da Antigüidade".

Lendo Maurício de Heriarte, em sua *Descrição do estado do Maranhão, Pará, Gurupa e Rio das Amazonas*, encontramos preconceitos semelhantes em relação aos indígenas do século 17. Para Heriarte, todos os índios são falsos, covardes, traidores, carniceiros, cruéis, homicidas, mentirosos e maliciosos, entre outros atributos igualmente negativos.

Um ponto de vista brasileiro

Os escritores românticos brasileiros do final do século 19 se mostraram mais favoráveis e simpáticos

aos índios. Mas, apesar de seu interesse pelos estudos históricos, os textos literários quase sempre se limitam a uma idealização do passado. Por exemplo, nos romances *Iracema* e *Ubirajara*, de José de Alencar, há sérias incorreções etnológicas e históricas.

Em sua *História geral do Brasil*, publicada em 1854, Francisco Adolfo de Varnhagen afirma que a violência contra os índios não foi uma manifestação de barbárie ou tirania, mas a atitude necessária para impor o cristianismo e hábitos civilizados. Para Varnhagen, a sujeição dos povos indígenas era necessária - pois, quando entregues à liberdade, logo voltavam a seus usos e idolatrias.

Quando se recorda que Varnhagen foi um dos expoentes máximos da chamada historiografia brasileira tradicional, percebe-se a que ponto esses preconceitos contra os índios seriam reproduzidos nas gerações seguintes. O grande erro do crítico contemporâneo seria introduzir idéias atuais na discussão da época. Mas no período colonial já houve quem criticasse as atrocidades contra os índios, como Antônio Vieira, por exemplo. E Varnhagen sabia disso (sua erudição era enorme); mas seu oficialismo e seu respeito às razões de Estado mantiveram-no sempre coerente na defesa dos métodos coercitivos.

Em sua *História das bandeiras paulistas* (edição em três volumes, lançada em 1951, que faz uma síntese da monumental *História geral das bandeiras paulistas*, em onze volumes, publicada entre 1924 e 1950), Affonso d'Escagnolle Taunay alega que as violências contra os índios cometidas no sertão - nas longínquas regiões interioranas do Brasil - também haviam sido praticadas por outros povos europeus, e não apenas por portugueses e espanhóis. São coisas da época, diz ele, encarando a violência como necessidade daquele momento histórico.

Embora reconhecendo que nos primeiros séculos de vida da América colonial a escravidão de negros e índios foi acompanhada de um "cortejo de injustiças", violências e "crueldades", Taunay acaba tratando de forma ufanista as proezas armadas do bandeirismo de apressamente Chega até mesmo a dizer que são "inúteis e ridículas" as tentativas daqueles que tentam obscurecer o vulto daqueles feitos épicos dos bandeirantes contrapondo-lhes a crueldade da conquista, pois o regime do "homem lobo do homem" permanecia ainda em vigor.

Graças a esse raciocínio simplista, a violência cometida por outros europeus (Taunay cita pilhagens coloniais de franceses, ingleses, holandeses e dinamarqueses) contrabalançaria a violência dos portugueses; ou seja, a guerra justifica a guerra e o historiador não pode nunca interpretar fatos - ou melhor, não pode criticá-los, mas pode enaltecer os feitos do colonialismo, como acontece na *História das bandeiras paulistas*.

Essas opiniões, emitidas em 1951, mostram como até datas relativamente recentes a historiografia tradicional manteve seus pontos de vista etnocêntricos. Um pesquisador de grande erudição, como Taunay, ainda fazia comentários parecidos **com** os de frei **Vicente do Salvador**, em sua *História do Brasil*, trezentos anos antes (considerada a primeira história do Brasil escrita por um **brasileiro**).

Esses vários cronistas coloniais e historiadores reproduzem a respeito dos povos indígenas visões de mundo que foram dominantes no Brasil até datas muito recentes, consolidando e prolongando as posições preconceituosas e racistas.

Falando dos índios, frei Vicente do Salvador faz em tom pejorativo a seguinte afirmação, que se tornou fa-

mosa: "e o pior é que carecem de fé, de lei e de rei". Para ele, os índios só se distinguem "em serem uns mais bárbaros que outros (posto que todos o são assaz)".

Essas observações que acabo de fazer não diminuem em nada a imensa contribuição de Taunay para a historiografia brasileira, com sua vasta obra, de mais de cem títulos. O fato de subestimar a destrutividade do bandeirismo paulista não lhe tira o lugar de destaque em nossa produção historiográfica, na primeira metade do século 20. Sem ele, os remotos sertões do país - e suas 'fronteiras' nos séculos 17 e 18 - seriam ainda mais inacessíveis para o pesquisador contemporâneo interessado na história do interior do Brasil.



Em 1942, Rocha Pombo publicou sua *História do Brasil*, na qual se refere aos índios do Norte e Nordeste como "matilhas de depredadores, dificilmente subjuguáveis". A conclusão reflete a mentalidade dominante na época: "A violência se tornou o único recur-

so de arranjo entre as duas raças". Durante muitas décadas, os livros de Rocha Pombo foram amplamente utilizados como textos didáticos em escolas de todos os níveis, prolongando o efeito multiplicador da visão social ali contida.

Em sua *História do Brasil*, publicada em 1935 e reeditada em 1959, **Pedro Calmon** também se mantém dentro da visão que a historiografia tradicional perpetuou em relação ao índio. Embora reconhecendo que "esta terra tinha dono", "era do índio", Calmon trata os antigos habitantes de forma muito contraditória. Ora aparecem como bárbaros, "tão bárbaros que viviam pelo mato como bichos", ora "como capazes de fidelidade e vida associativa".

Pedro Calmon foi reitor da universidade do Brasil e ministro da Educação no governo Dutra, em 1949 e 1950. É grave constatar que, detendo tanta responsabilidade, um pensador descreva os índios como uma verdadeira 'praga'. O etnocentrismo não podia ser mais evidente: índio visto como 'bicho' e como 'praga'.

Assinale-se, porém, a favor do senhor Pedro Calmon, que em algumas passagens ele expressa um ponto de vista contrário. Depois de ter chamado os tapuias de bichos e praga, reconhece que eles "jamais se deixaram domesticar", tendo sido "inimigos inclementes da colonização", o que lhes confere um caráter quase heróico na longa resistência aos invasores.

O texto de Pedro Calmon é muito contraditório, e sua ampla utilização nas escolas da época nos dá uma idéia do processo de produção e reprodução das ideologias etnocêntricas no Brasil.

Não menos imbuído de preconceitos, o historiador jesuíta **Serafim Leite** escreveu uma obra monumental, cuja importância não pode ser subestimada. Sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*, publicada entre 1938 e 1950, contém informações abundantes a respei-

to do relacionamento de colonos, índios e jesuítas em todo o sertão do Brasil, no período 1549/1760.

O autor pesquisou documentos relativos ao Brasil em inúmeros arquivos europeus, durante anos, dedicando sua vida a essa tarefa. No entanto, a perspectiva etnocêntrica prejudica muitas análises contidas nos dez volumes de sua obra. Ele recorre a conceitos cientificamente duvidosos, afirmando a superioridade da cultura européia e declarando-se indiferente ao etnocídio ao lançar a pergunta: "que importa o debate acerca da sobrevivência de culturas?".

Oliveira Viana é ainda mais conservador em relação a índios e negros. Em seu livro *Populações meridionais do Brasil*, que apareceu pela primeira vez em 1920, e mereceu várias edições posteriores, ele dedica um capítulo às lutas contra negros e índios feitas por bandeirantes, exaltando a violência e mostrando de forma preconceituosa e racista o "baixo povo rural", formado por mestiços desocupados, ociosos e vagabundos.

Oliveira Viana louva a guerra, que valoriza insistentemente, em particular ao falar do gaúcho e do Rio Grande do Sul, e sem nenhuma ambigüidade coloca o negro e o índio como inferiores. No entanto, o próprio autor era mulato, o que revela toda a complexidade psicológica que está por trás dessa historiografia ultraconservadora.

Ele trata o índio como um bárbaro, e como o maior obstáculo à expansão da colonização, razão pela qual caracteriza a conquista da terra como um empreendimento essencialmente guerreiro, sem o qual não se venceria a "massa hostil da bugareria exasperada". Seu racismo levou-o a afirmar que o índio, "cuja inteligência não parece superior à do negro, embora ambos pertençam a um tipo inferior, não se civiliza porque desdenha e, mesmo, repugna nossa civilização". Já o negro "a imita e macaqueia".

Oliveira Viana foi professor da faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro, participou da comissão encarregada de redigir o anteprojeto da Constituição apresentado à Assembléia Nacional Constituinte de 1933/1934, e era membro da Academia Brasileira de Letras.

Assim como nem todos os cronistas coloniais transmitiram uma imagem negativa do índio - Fernão Cardim, por exemplo - também na chamada historiografia tradicional vamos encontrar autores que vêem a questão indígena com outros olhos. É o caso de Capistrano de Abreu, que em seus *Capítulos de história colonial* considera que "cumpria amparar a pobre gente das violências dos colonos". Refere-se ele à "cobiça dos colonos", aos "governadores venais" e, amparando-se em palavras do padre Antônio Vieira, afirma que os alicerces da sociedade brasileira "assentaram-se sobre sangue, com sangue se foi amassando e ligando o edifício". Mas Capistrano foi apenas uma das honrosas exceções, no interior de uma historiografia majoritariamente preconceituosa em relação aos índios.

Cooperação cultural e recusa do racismo

Também existiu na história do Brasil um grande número de pessoas não-racistas, dotadas de uma visão de mundo pacífica, com solidariedade interétnica e cooperação cultural. Aqui, a aculturação, o sincretismo religioso e a mestiçagem se processaram de forma menos conflituosa do que nos Estados Unidos, por exemplo, e esse fato merece reflexão.

As diferentes formas de messianismo e milenarismo surgidas no Brasil nos séculos 17, 18 e 19 expressam bem uma tendência (de uma parcela do

povo português e do povo brasileiro) à convivência racial equilibrada e, até mesmo, fraterna. As manifestações de sebastianismo exprimem essa tendência.

O sebastianismo anunciava a volta do rei português d. Sebastião, morto em 1578 na batalha de Alcaçer Quibir contra os mouros, no norte da África. O movimento, baseado na crença de que ele não morreria - e voltaria um dia, para criar um reino de bem-estar, justiça e paz - surgiu em Portugal e mais tarde chegou ao Brasil.

Em 1817, ocorreu em Pernambuco um movimento messiânico desse tipo, em torno de Silvestre José dos Santos: anunciava o regresso de d. Sebastião da ilha das Brumas, para instalar definitivamente o paraíso na terra. Mestiços, brancos e negros se agruparam em torno de seu líder carismático na serra do Rodeador. Eram cerca de quatrocentas pessoas, que viviam em comunidade e se tratavam mutuamente de 'irmãos' e 'irmãs'. Foram todos - homens, mulheres e crianças - trucidados pelo governo.

O sebastianismo se manifestou também no Rio de Janeiro, em 1816; em Minas Gerais (na serra do Caraça); e na Bahia (em Ilhéus), em 1817; e em 1833 em Pernambuco, dirigido pelo mameluco João Antônio dos Santos.

Em todos os casos, a esperança messiânica popular criava um clima de fraternidade racial que contrastava fortemente com a xenofobia e o racismo dominantes nas esferas privilegiadas.

Era como se um Brasil utópico e messiânico quisesse nascer, de dentro das asfixiantes e escravistas estruturas oligárquicas. Um Brasil que esperava a volta do Encoberto, o pai dos pobres, que levaria adiante seu reformismo social, lá nos confins do sertão, em que eles - os messianistas - estavam instalados.

Esse Portugal futuro, ou esse Brasil futuro, não era

o dos colonizadores gananciosos e tacanhos: era o mundo de Bandarra -sapateiro português que, no século 16, profetizou a vinda de um rei 'encoberto' que conquistaria o Marrocos, derrotaria os muçulmanos e fundaria um império universal baseado na justiça e na paz - e de Antônio Vieira.

Um mundo de língua portuguesa que Fernando Pessoa descreveu em versos, numa poesia que expressa toda a importância social das utopias: um mundo no qual poderemos ser tudo, para além da estreiteza "de uma só personalidade, de uma só nação, de uma só fé".

O sincretismo das religiões afro-brasileiras é uma prova concreta de que o Brasil tem condições de eliminar o racismo de seu cotidiano muito mais rapidamente do que qualquer outro país da América. A síntese da espiritualidade é uma dádiva muito rara - e a sociedade brasileira a recebeu.

uma sociedade que, por meio da miscigenação, incorporou seres humanos de todas as raças e línguas (latina, germânica, eslava, escandinava, semita, turca, japonesa, coreana, chinesa, banto, sudanesa, tupi, jê etc.) pode muito bem avançar rumo à paz e à superação do racismo, nos próximos anos: o êxito vem quando é possível encontrar um caminho novo, como queriam os sebastianistas: o desejo já é uma parte da realização.

Antônio Conselheiro sabia disso, lá em Canudos, na década de 1890, à frente de milhares de brancos, negros, caboclos e mulatos. Os luminares aceleram a marcha da humanidade, diziam os antigos profetas. E os modernos poetas, como Fernando Pessoa:

*Ah sentir tudo de todos os feitos!
Não ter substância, só modos, só desvios
Alma vista de uma estrada que vira a esmo
Seja eu leitura variada para mim mesmo!*



Os inúmeros caminhos alternativos de que está feita a história do Brasil não eram becos sem saída, mas sim alternativas de vida que a máquina estatal oligárquica triturou durante o Império, tornando ainda maior o 'Grande Desencontro'.

A monarquia unificou as diferentes áreas de língua portuguesa da América em um só país, mas fez isso tentando eliminar a pluralidade étnica e cultural, como se o destino do Brasil fosse ser branco e europeu, e não pluriétnico e universal.

As elites brasileiras do Final do século 19 pretendiam construir uma nação diferente, mas tendo como modelo as modernas nações ocidentais, reservando para a contribuição africana e indígena um lugar menor, como simples elemento folclórico. Ao subestimar as múltiplas raízes culturais da sociedade, empobreceram o Brasil.

Em vez de procurar sua identidade aqui mesmo, na América, as elites bem pensantes, modernistas ou não,

saíram à procura de modelos europeus de desenvolvimento econômico e de expressão cultural, sem perceber que o Brasil era muito mais rico, culturalmente, do que as sociedades que elas, nossas elites, procuravam imitar.

O Brasil era mais rico justamente por sua pluralidade étnica, por ter sido formado por brancos, negros, amarelos, vermelhos e demais cores do arco-íris humano, tão belo em sua diversidade. Por outro lado, querer que o Brasil seja africano, ou querer revalorizar exclusivamente sua herança africana, é proceder da mesma forma, embora em sentido inverso. O Brasil é pluriétnico: não é só negro, nem só branco.

Pluralidade, diversidade e tolerância religiosa, são caminhos que podem agora ser retomados, depois de tantas besteiras autoritárias e populistas cometidas em seu território em nome do racionalismo europeu e do progresso industrial tipo norte-americano. como diziam os versos de Fernando Pessoa: "sejamos nós leitura variada para nós mesmos!".

O Brasil é uma das expressões universalistas (embora contraditória) da síntese, da fusão, do sincretismo, e por isso o racismo cai tão mal na boca de um brasileiro: a separatividade é sinal de ignorância em qualquer parte do mundo, mas aqui é ignorância ao quadrado.

Enquanto o racista europeu exclui 'o outro', o racista brasileiro exclui a si próprio, rechaça sua própria cultura, que é uma cultura de síntese, em ebulição, em movimento miscigenador.

FONTES DAS ILUSTRAÇÕES

- Capa *Terra Brasilis*, mapa de Lopo Homem, Pedro e Jorge Reinei, publicado no *Atlas Miller* (1515-1519). Extraído de: *Imaginário do Novo Mundo*, de Ana Maria de Moraes Belluzzo (org.). São Paulo, Fundação Odebrecht, 1994, p. 68.
- 9 *Livro das armadas*, Academia de Ciências de Lisboa. In *Grandes Personalidades da Nossa História*. São Paulo, Abril Cultural. 1969. Vol. 1, p. 35.
- 12 *Códice Florentino*, Bernardino de Sahagún. Biblioteca Medicea Laurenziana, Florença. In *Astecas*, coleção "Civilizações Perdidas". Rio de Janeiro, Abril Coleções, 1998, p. 24.
- 14 *Enciclopédia Abril*. São Paulo, Abril Cultural, 1978. Vol 8. p. 43.
- 20 *História da colonização portuguesa do Brasil*, Carlos Malheiro Dias (org.). Porto, Litografia Nacional, 1923. p. 7.
- 21 Revista *Humanidades*. Brasília, Edunb, 1992. Vol. 8, n° 2, p. 120.
- 24 Gravura de J.B. Debret (1820). Acervo da Biblioteca Municipal de São Paulo, São Paulo.
- 31 *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*, K.F.P. von Martius & J. B. von Spix. São Paulo, Melhoramentos, 1968, p. 27.
- 33 *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*, K.F.P. von Martius & J. B. von Spix. São Paulo, Melhoramentos, 1968, p. 83.
- 35 *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*, K.F.P. von Martius & J. B. von Spix. São Paulo, Melhoramentos, 1968, p. 63.
- 37 Gravura de Rugendas (1835). Acervo da Biblioteca Municipal de São Paulo, São Paulo.

- 41 *Grandes Personagens da Nossa História*. São Paulo, Abril Cultural, 1969. Vol. 3, p. 600.
- 43 Gravura de Rugendas (1835). Acervo da Biblioteca Municipal de São Paulo, SR
- 44 Museu do Estado, Recife, PE. In *Grandes Personagens da Nossa História*. São Paulo, Abril Cultural, 1969. Vol. 3, p. 601.
- 47** *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*, K.F.P. von Martius & J. B. von Spix. São Paulo, Melhoramentos, 1968, p. 43.
- 48 Gravura de J.B. Debret (1820). Acervo da Biblioteca Municipal de São Paulo, São Paulo.
- 50 Gravura de J.B. Debret (1820). Acervo da Biblioteca Municipal de São Paulo, São Paulo.
- 54 Gravura de J.B. Debret (1820). Acervo da Biblioteca Municipal de São Paulo, São Paulo.
- 60 Desenho de Urpia. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

**GOVERNO
FEDERAL**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, Bloco L, sobreloja, sala 100 CEP 70047-900

Caixa Postal 9699 - CEP 70001-970 - Brasília, DF

Fax: (0xx61) 410.9158

e-mail: sead@sead.mec.gov.br

Internet: <http://www.mec.gov.br/sead/teravolta>